



Índice

- 01** Documentário vai mostrar desmatamento e impactos socioambientais na Amazônia
- 02** OAB/RO realiza mostra Cinema e Direitos Humanos
- 03** MS – TRF-3 suspende reintegração de posse do Acampamento Guarani de Pacurity, em Dourados
- 04** Adiado o julgamento da ADI 3239, sobre o direito dos quilombolas à terra
- 05** MT – Indígenas ameaçam trancar novamente a Br-163
- 06** Garantida permanência de indígenas na Fazenda Barra Bonita, no MS
- 07** “A PEC 215 pode ser uma grande armadilha para o produtor rural”, alerta Teixeira
- 08** Deputado Izaias Maia denuncia casos de alcoolismo entre índios no Estado
- 09** Câmara devolve 10 Mil para Prefeitura atender Aldeias de Sidrolândia
- 10** Núcleo de Estudos Afro e Indígena é lançado na Arena Corinthians
- 11** Cultura cigana é foco de encontro nesta quarta-feira, em São Vicente
- 12** Baixo nível do maior reservatório do país, na Bahia, assusta ribeirinhos
- 13** MS – Terena da Terra Indígena Buriti recusam proposta de compra de 90% de área reivindicada
- 14** Exposição “Nhande Kuery São Paulo Pygua”: Indígenas Guarani do município recebem apoio para demarcações de Terras



- 15** MS – Compra da área ocupada por fazendas na Terra Indígena Buriti será definida até 30/03
- 16** Menos de 10% dos municípios prejudicados com chuvas receberam recursos
- 17** Sinais de degradação do Rio São Francisco preocupam especialistas
- 18** Médicos montam hospital de ponta para indígenas no Mato Grosso
- 19** Morro por ela, esta terra, por José Ribamar Bessa Freire
- 20** ONU convida sociedade civil a responder questionário sobre povos indígenas; prazo é 6 de abril
- 21** Do Bugre ao Terena
- 22** Comissão vai debater atraso de ações sociais na construção da hidrelétrica de Belo Monte
- 23** Conheça a exposição "Comunidade quilombola Lagoinha de Cima" no Misc
- 24** Decretada situação de emergência em cidade de Mato Grosso
- 25** Cacique Suruí leva ao mundo sua luta contra desmatamento na Amazônia
- 26** SEPPIR quer estimular a produção de comunidades tradicionais por meio de parcerias
- 27** Índio chama atenção dos franceses e fala sobre parceria com o Google
- 28** Quem financia os deputados contra áreas protegidas no Brasil
- 29** A Igreja latino-americana contra os abusos na Amazônia
- 30** Padre Iasi agora descansa no Tekoha celeste



Boletim de Notícias - Edição nº 52/2015

Brasília, 23 de março de 2015.

Documentário vai mostrar desmatamento e impactos socioambientais na Amazônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015

A partir deste domingo, 22/3, o Fantástico, programa da Rede Globo, começa a exibir o documentário Amazônia S/A, dirigido pelo cineasta Estevão Ciavatta, da Pindorama Filmes



ISA

O documentário Amazônia S/A, dividido em cinco episódios, de 10 minutos cada, vai mostrar a importância da Amazônia para o futuro econômico e climático do Brasil, além de levantar discussões sobre questões cruciais para a região como o desmatamento e os impactos socioambientais causados por obras de infraestrutura entre outros.

Responsável pela direção de diversos programas de TV como Um Pé de Quê? e Brasil Legal, entre outros, Ciavatta e sua equipe percorreram mais de 10 mil quilômetros por terra, água e ar para mostrar ambientes, paisagens, seus habitantes e modos de vida, pouco conhecidos do grande público.

CONT.



O primeiro episódio fará um zoom pela Amazônia apresentando os desafios enfrentados por uma região que detém a maior biomassa florestal do planeta, a maior concentração de biodiversidade da Terra, a maior bacia hidrográfica do mundo, que abriga 180 etnias indígenas e será impactada por grande obras de infraestrutura.

O segundo episódio, que vai ao ar no dia 29 de março, mostra a ocupação da Amazônia nos últimos 45 anos, com um desmatamento da ordem de 20%, além de abordar questões como grilagem de terras e retirada ilegal de madeira.

Em 5 de abril, o terceiro episódio mostra a Amazônia como a principal fronteira agrícola do Brasil. Soja, milho e algodão são cultivados em grandes extensões de terra, forçando os limites da floresta.

O quarto episódio, a ser exibido em 12 de abril, tratará do modelo econômico pensado para a região para torná-la o maior produtor brasileiro de minério, energia elétrica, soja, carne, dendê e madeira, itens estratégicos para o crescimento da economia do país e do mundo. E vai mostrar como as cidades no meio da imensa floresta e os povos tradicionais estão sendo impactados.

Por último, em 20 de abril, Amazônia S/A discutirá qual será o futuro da região, tão estratégica para o Brasil e para o mundo. Quais as políticas governamentais nos níveis municipal, estadual e federal, o que mudou com o novo código florestal e como os povos da floresta – índios, ribeirinhos e quilombolas – estão se organizando para garantir sua sobrevivência.

Imagem: Cena do documentário|Divulgação.



OAB/RO realiza mostra Cinema e Direitos Humanos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015

OAB/RO

A Seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RO), por meio da Comissão de Estudos Constitucionais, em parceria com a organização não-governamental Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, realiza a 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul.

O evento está sendo realizado no auditório da Seccional, em duas semanas, sempre às quintas e sextas do mês de março (confira cronograma ao final). As exhibições são gratuitas e independente de qualquer inscrição.

Para o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais e um dos idealizadores da atividade, Vinicius Valentin Raduan Miguel, "o objetivo é fomentar a reflexão sobre direitos fundamentais através do cinema, propiciando um ponto de encontro dos diversos atores sociais que militam na área".

A dinâmica do evento consiste na exibição dos filmes, abaixo descritos e, após, um breve debate dos integrantes da mesa, com a duração de até dez minutos por debatedor.

Acessibilidade: todos os filmes serão exibidos com as legendas em closed caption.

A programação é decorrente do programa Democratizando, da Universidade Federal Fluminense, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Cultura.

Confira programação completa:

20/03 (sexta-feira), 19h

"Cabra Marcado pra Morrer", de Eduardo Coutinho

Debatedores:

Ricardo dos Santos Abreu – sociólogo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos

Mona Cavalcante – integrante da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RO

26/03 (quinta-feira), 19h

"Pelas Janelas", de Carol Perdigão, Guilherme Farkas, Sofia Maldonado e Will Domingos

Debatedores:

Luiz Felipe da Silva Andrade – integrante da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RO

Denise Campos – assistente social do TJ/RO e coordenadora-geral da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52/2015

Brasília, 23 de março de 2015.

Gustavo Dandolini – presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos (representante da Comissão Justiça e Paz)

27/03 (sexta-feira), 19h

“Que Bom te Ver Viva”, de Lúcia Murat

Debatedores:

Pedro Américo Barreiros Silva – integrante da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RO

Walter Gustavo Lemos – secretário-geral adjunto e ouvidor geral da OAB/RO

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vinícius Valentin Raduan Miguel.

MS – TRF-3 suspende reintegração de posse do Acampamento Guarani de Pacurity, em Dourados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Uma boa notícia, para variar, e que além de tudo nos reconcilia um pouco com o sistema de Justiça: o Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu o cumprimento do mandado de reintegração de posse do Acampamento de Pacurity, na região de Dourados, Mato Grosso do Sul. A comunidade indígena vive em parte da área ocupada por uma fazenda, a São José, que a Funai já reconheceu pertencer a território sob posse imemorial dos Guarani Kaiowá.

No processo, após comentar as exigências da Constituição, o relator -desembargador federal Antonio Cedenho- considera que, embora a identificação e a delimitação da Tekoha Pacurity ainda estejam em andamento, "a relação da comunidade indígena de Pacurity com o espaço litigioso da Fazenda São José justifica solução diversa". E concorda com o Juiz responsável pela decisão em primeira instância, que foi favorável ao grupo indígena.

CONT.



Em sua Decisão, o desembargador Antônio Cedenho busca dados do processo, citando informações no sentido de os "membros da tribo" [sic] ocuparem o local há mais de oito anos, provavelmente buscando água na única fonte existente "nas áreas de preservação permanente e de reserva legal da Fazenda São José". Menciona, entre outros, o fato de relatório da Funai de agosto de 2013 indicar a "existência de uma estrutura significativa nos trechos ocupados, o que revela uma fixação relativamente distante", e conclui:

"O perigo de lesão irreparável ou de difícil reparação decorre do acirramento do conflito fundiário na região e da precariedade das condições dos índios Guarani Kaiowá, que ficarão sem acesso a recursos hídricos. (...) Ante o exposto, nos termos do artigo 527, III, do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, para suspender o cumprimento do mandado de reintegração de posse".

O texto da Decisão, datado de 13 de março de 2015, pode ser visto abaixo, dividido em parágrafos para facilitar a leitura:

—

00050 AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000086-24.2015.4.03.0000/MS 2015.03.00.000086-4/MS RELATOR : Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO AGRAVANTE : COMUNIDADE INDIGENA DE PACURITY ADVOGADO : MS017315 ANDERSON DE SOUZA SANTOS e outro AGRAVADO(A) : ATILIO TORRACA FILHO espólio ADVOGADO : MS003616 AHAMED ARFUX e outro REPRESENTANTE : JORGE HAMILTON MARQUES TORRACA PARTE RÉ : Uniao Federal ADVOGADO : SP000019 TÉRCIO ISSAMI TOKANO PARTE RÉ : Fundacao Nacional do Indio FUNAI : BONIFACIO REGINALDO MARTINS ORIGEM : JUIZO FEDERAL DA 2 VARA DE DOURADOS > 2ªSSJ > MS No. ORIG. : 00000029320144036002 2 Vr DOURADOS/MS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela Comunidade Indígena de Pacurity em face de decisão que deferiu pedido de liminar, para reintegrar o espólio de Atílio Torraca Filho na posse da Fazenda São José, situada no Município de Dourados/MS e matriculada sob o nº 67.108 no CRI local.

Sustenta que o imóvel rural integra os limites da terra indígena "Tekoha Pacurity", já identificada por Portaria do Ministério da Justiça. Argumenta que a conclusão do procedimento demarcatório não é necessária, pois existem indícios de ocupação tradicional. Afirma que a reprodução física e cultural dos povos indígenas demanda um espaço geográfico e a FUNAI já reconheceu que a fazenda pertence a uma área sob posse imemorial do grupo Guarani Kaiowá. Requer a concessão de efeito suspensivo.

Decido.

A Constituição Federal prevê que a demarcação de territórios indígenas será realizada

CONT.



mediante procedimento administrativo, sob a condução do Poder Executivo Federal (artigo 231). Enquanto não houver a publicação de decreto homologatório (artigo 5º do Decreto nº 1.775/1996), toda e qualquer tentativa de apropriação da gleba por grupo indígena caracteriza turbulação, esbulho, aos quais o ocupante atual poderá reagir através dos interditos possessórios.

A identificação e a delimitação da terra “Tekoha Pacurity” estão ainda em andamento; sequer existe portaria do Ministério da Justiça que declare a ocupação tradicional e autorize a atividade demarcatória (artigo 2º, §10º, do Decreto nº 1.775/1996).

As circunstâncias apontam para o cabimento do mandado liminar de reintegração de posse. Entretanto, como o próprio Juiz de Origem havia ponderado na primeira decisão, a relação da comunidade indígena de Pacurity com o espaço litigioso da Fazenda São José justifica solução diversa.

Os autos trazem a informação de que uma parte dos membros da tribo ocupava as proximidades do prédio rural há mais de oito anos. Devido às condições precárias do acampamento, em especial a ausência de acesso a recursos hídricos, é grande a possibilidade de que os índios já se abasteciam junto à fonte de água existente nas áreas de preservação permanente e de reserva legal da Fazenda São José.

A perícia policial elaborada logo após o esbulho sugerido (13/07/2013) e o relatório da FUNAI datado de agosto de 2013 indicam a existência de uma estrutura significativa nos trechos ocupados, o que revela uma fixação relativamente distante. Se a incursão na propriedade para suprimento fosse efetivamente recente, o autor não teria aguardado mais de quatro meses para buscar a proteção da posse.

Esses detalhes obscurecem, de certa forma, a data efetiva da invasão, impossibilitando o convencimento de que a ação de reintegração foi ajuizada no prazo de ano e dia. A incerteza do dado cronológico torna incabível o procedimento dos interditos possessórios (artigo 924 do Código de Processo Civil), notadamente a concessão de liminar após a audiência de justificação prévia. A princípio, deve ter sido seguido o rito ordinário, no qual as tutelas de urgência demandam um suporte probatório mais rigoroso (artigo 273).

O Superior Tribunal de Justiça se posiciona nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CABIMENTO. AÇÃO POSSESSÓRIA. POSSE VELHA. REQUISITOS. ART 273, CPC. POSSIBILIDADE.

O art. 527 do CPC permite a negativa de seguimento do agravo sem a audiência da parte contrária (inciso I), porque tal decisão não altera a situação jurídica do agravado. O provimento do recurso, todavia, seja ele por decisão singular ou colegiada, não prescinde da prévia intimação da parte adversária (inciso V). Precedente da Corte Especial – RESP 1.148.296/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos.

CONT.



Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Hipótese em que se trata de violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida (CPC, art. 273), razão pela qual é cabível o recurso especial.

É possível a antecipação de tutela em ação de reintegração de posse em que o esbulho data de mais de ano e dia (posse velha), submetida ao rito comum, desde que presentes os requisitos que autorizam a sua concessão, previstos no art. 273 do CPC, a serem aferidos pelas instâncias de origem.

Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no Resp 1139629, Relatora Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJ 06/09/2012).

A fundamentação do agravo, portanto, é relevante. O perigo de lesão irreparável ou de difícil reparação decorre do acirramento do conflito fundiário na região e da precariedade das condições dos índios Guarani Kaiowá, que ficarão sem acesso a recursos hídricos.

Ante o exposto, nos termos do artigo 527, III, do CPC, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, para suspender o cumprimento do mandado de reintegração de posse.

Comunique-se com urgência. Dê-se ciência da decisão à agravante. Intime-se o espólio de Atílio Torraca Filho para responder ao agravo. Posteriormente, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

São Paulo, 13 de março de 2015.

Antonio Cedenho – Desembargador Federal.

Destaque – Pacurity. Vazio no meio da monocultura de milho: cemitério indígena foi destruído cinco dias após diligência do MPF. Foto: MPF MS



Adiado o julgamento da ADI 3239, sobre o direito dos quilombolas à terra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015

Por Ana Claudia Tavares, do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola

A ADI 3239, que estava na pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) dessa 5ª feira, dia 19.03, foi retirada da pauta pelo presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski, após o retorno dos ministros da suspensão (intervalo) da sessão, por volta das 17 horas.

A ADI 3239 entrou novamente na pauta de julgamentos do STF, agora na próxima quarta-feira, dia 25.03.

Essa ADI, proposta pelo DEM, pretende a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 4887 de 2003, que regulamenta os procedimentos para reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas no Brasil, o que causaria grande prejuízo para as comunidades quilombolas em busca da titulação de suas terras com base nesse Decreto, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição brasileira de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A presença da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ chegou a ser anunciada na abertura da sessão do plenário pelo presidente do STF.

Também estiveram presentes representantes de diversas associações que apoiam a causa quilombola em defesa do decreto 4887/2003 e que ingressaram no processo como Amicus Curiae (Amigos da Corte), como do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola e a Terra de Direitos.

Após o ministro Lewandowski anunciar ao Plenário que não haveria tempo para o julgamento da ADI 3239, os cerca de 200 quilombolas presentes de diversas partes do Brasil se retiraram do plenário insatisfeitos.

Caso o Decreto 4887/2003 seja declarado inconstitucional, todos os processos de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas podem ser paralisados e invalidados.

Por isso, é importante a mobilização de todos e todas que defendem os direitos quilombolas para que os ministros neguem o pedido do DEM nessa ADI e confirmem a constitucionalidade do Decreto 4887/2003.

O direito dos remanescentes de quilombos ao seu território está previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição brasileira de 1988.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52/2015

Brasília, 23 de março de 2015.

O Decreto 4887 foi elaborado com base no artigo 68, de aplicação imediata, e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Estado brasileiro, que trata dos direitos de povos indígenas e tribais.

O único Tribunal (TRF4) a julgar uma ação sobre a constitucionalidade do Decreto 4887/2003 já se manifestou declarando a constitucionalidade do Decreto em ação sobre o caso da comunidade Paiol da Telha.

Esperamos que o STF siga o mesmo entendimento no dia 25.03, contribuindo para que sejam efetivados os direitos fundamentais dos quilombolas de todo Brasil.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Claudia Tavares.

MT – Indígenas ameaçam trancar novamente a Br-163

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.03.2015



Nortão Notícias

A Br 163 corre o risco de ser bloqueada novamente por indígenas de nove etnias, que moram na região de Colíder – 165 km de Sinop. Segundo informações do cacique Raoni Metuktire afirmou que a principal reivindicação atualmente é pela exoneração da coordenadora distrital de Saúde Indígena, que está no comando há mais de 8 meses.

De acordo com o Cacique, em acordo firmado o secretário da Sesai em Brasília, Antônio Alves afirmou que a mesma seria exonerada, porém isso não aconteceu e a funcionária permanece no cargo. Raoni informou que nenhuma indígena quer que a funcionária permaneça à frente da coordenação, uma vez que, segundo ele, ela é responsável por paralisar os veículos e até mesmo o avião, utilizados em caso de emergências médicas.

“Além disso, 28 funcionários terceirizados do setor administrativo estão sem receber salários desde janeiro, e alguns estão passando necessidades devido a tal situação”, afirmou. No total, são 4 mil indígenas nas aldeias da região.

CONT.



Desde o final de janeiro, representantes de cada etnia ocupam a sede do distrito de saúde indígena do município. Há cerca de três meses, a BR-163 foi bloqueada, entre Nova Santa Helena e Itaúba, pelos mesmos índios, carretas, caminhões, ônibus, carros e motos ficaram impedidos de passar.

Os manifestantes também cobravam a exoneração da coordenadora do Sesai e alegavam que ela teria suspenso contratos e convênios supostamente superfaturados, além de ter demitido alguns indígenas envolvidos nesta situação.

Os indígenas ainda reclamavam falta de assistência na área de saúde, obras de saneamento e postos de saúde inacabados; falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências.

Foto reproduzida do site O Nortão Notícias.



Garantida permanência de indígenas na Fazenda Barra Bonita, no MS
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 20.03.2015

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu suspender, no Supremo Tribunal Federal (STF), liminar que determinava a retirada de cerca de 150 indígenas da comunidade Kuruçu Ambá II de área da Fazenda Barra Bonita, no município de Coronel Sapucaia/MS. Os advogados públicos impediram a retirada dos integrantes e evitaram conflitos com não-índios.

A ação de reintegração de posse foi proposta pelos proprietários do imóvel na 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS, que concedeu a liminar para desocupação da área e ainda determinou o uso de força policial para retirar os indígenas.

Em atenção aos direitos fundamentais dos povos indígenas, a AGU recorreu para derrubar a liminar. Segundo as procuradorias que atuaram no caso, todos os estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) apontaram fortes indícios de que a área é de ocupação tradicional indígena e incide sobre a ocupação dos Guarani-Kaiowá. Além disso, alertaram para a existência de alto potencial de conflito na região, pois, além dos índios afirmarem que "somente saíam dali mortos", muitos deles são parentes de membros da comunidade Takuapery, estabelecida em região próxima e que, com mais de três mil membros, tendiam a intervir.

Os advogados públicos defenderam no STF que as terras constituem berço imemorial e congênito dos indígenas, conforme declarou laudo antropológico que deu origem ao processo de demarcação da área. Ressaltaram, ainda, que a liminar traz grave lesão à ordem e à segurança públicas.

Acolhendo a argumentação da AGU de que os estudos e resultados preliminares da Funai têm presunção de legitimidade, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, suspendeu a liminar até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação de reintegração de posse analisada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). "Diante da presunção de veracidade dos estudos e resultados preliminares, seria temerário permitir a retirada forçada dos indígenas, concedendo a reintegração de posse aos não-índios, há vista o risco de conflitos que poderiam representar enorme convulsão social", declarou o ministro.

Atuaram no caso o Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (PGF), a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai e a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, unidades da PGF, órgão da AGU.

Ref.: Suspensão de Liminar nº 842 - STF.



"A PEC 215 pode ser uma grande armadilha para o produtor rural", alerta Teixeira
SÍTIO AGORA MS, 20.03.2015

O primeiro secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, deputado estadual Zé Teixeira (DEM), ocupou a tribuna nesta quinta-feira (19/03) para discorrer seu ponto de vista a respeito da PEC/215 – que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade de demarcação das terras disputadas por indígenas e produtores rurais.

Em seu discurso, o democrata posicionou-se preocupado com a tramitação e aprovação da PEC/215, mediante a forma como será feita a análise de demarcação de terra. "Você tirar do judiciário uma decisão clara que é a Constituição Federal e avocar para um colegiado dependendo de condições ideológicas é muito perigoso. E se o julgamento for tendencioso? O produtor rural acaba caindo em uma grande armadilha", afirmou o democrata.

Teixeira ressaltou que o alto número de partidos políticos pode prejudicar a legitimidade do processo demarcatório no Brasil. "Se a PEC for aprovada, será muito difícil chegar a um consenso mediante ao alto índice de legendas partidárias na Câmara e no Senado Federal. O julgamento deixa de ser técnico e dentro da lei. O que passa a valer é a posição ideológica. Estamos lidando com o bem mais precioso de um trabalhador rural que é a sua propriedade, o seu ganha pão. Isso não está certo."

Durante o pronunciamento, Zé Teixeira foi aparteado pelos deputados Pedro Kemp e João Grandão, ambos do Partido dos Trabalhadores. Eles elogiaram a posição do democrata e a forma coerente com que abordou o tema na tribuna do legislativo sul-mato-grossense. "Vossa excelência, que é produtor rural, traz à Tribuna um assunto de extrema importância para a sociedade brasileira. Nós temos mais de 513 deputados federais e 81 senadores e cada um defende sua ideologia. Precisamos de um julgamento sem bandeira, baseado na legislação brasileira. O julgamento não cabe ao legislativo", afirmou Kemp.

Zé Teixeira destacou também a morosidade do atual processo demarcatório no Brasil, mas, alertou. "Até hoje, em Dois Irmãos do Buriti, nada foi feito. Tivemos conflitos, um rapaz indígena perdeu a vida, propriedades rurais depredadas, realizamos audiência em nossa Casa com ministros do Governo Federal e ficou tudo por isso mesmo. Isto mostra que a forma de resolução adotada hoje é muito ruim, porém, penso que uma PEC pode deixar esta medida ainda pior. Quem tem que colocar o ponto final neste assunto, na minha visão, é o judiciário", concluiu o democrata.

PEC 215/2000 – O desengavetamento da PEC foi uma das primeiras medidas anunciadas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao assumir o mandato. Se a matéria for aprovada, possibilidade aumentada nesta semana, as demarcações serão paralisadas.

De acordo com o Cimi – Conselho Indigenista Missionário, os índios reivindicam 1.000 novas aldeias a serem demarcadas pela Funai em todo o território nacional.

Deputado Izaías Maia denuncia casos de alcoolismo entre índios no Estado

SÍTIO BV NEWS, 20.03.2015



Izaías Maia: "Não podemos permitir que nossos adolescentes indígenas sejam vítimas da embriaguez"

Em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), durante a sessão ordinária realizada na manhã desta quinta-feira, 19, o deputado Izaías Maia (PRB) demonstrou preocupação acerca do alto índice de alcoolismo entre indígenas do Estado.

O parlamentar denunciou ainda a existência de índios adolescentes perambulando embriagados nas ruas da capital. "É comum encontrarmos essas pessoas andando sem direção pelas ruas de Boa Vista. Muitos procuram as praças e nas feiras como moradia. Já tive a infelicidade de ver alguns deles comendo lixo e vivendo de forma subumana", lamentou Maia, mencionando um igarapé próximo a ponte do Cauamé, onde alguns estariam usando como abrigo.

O deputado pediu apoio dos parlamentares para que cobrem das autoridades competentes as devidas providências para resolver o problema. "Estou elaborando uma matéria sobre essa problemática para denunciar o problema, pois não podemos permitir que nossos adolescentes sejam vítimas do alcoolismo", disse.

CONT.



Os deputados Gabriel Picango (PRB) e Aurelina Medeiros (PSDB) enalteceram o pronunciamento de Maia e se prontificaram a apoiar a iniciativa. "Infelizmente temos uma política indigenista que limita o Estado a fazer algo pelas comunidades indígenas. O Governo Federal que tem a tutela dessas pessoas não está fiscalizando essa problemática em Roraima. Sugiro que formalizemos a denúncia baseada em provas para que sejam encaminhadas aos órgãos competentes em Brasília, pois não podemos contar com a Funai (Fundação Nacional do Índio) aqui no Estado", finalizou Aurelina.

Câmara devolve 10 Mil para Prefeitura atender Aldeias de Sidrolândia
SÍTIO A CRÍTICA, 20.03.2015



O valor que deverá ser destinado a atender as necessidades das comunidades indígenas de Sidrolândia.

O presidente da Câmara de Sidrolândia, David Moura de Olindo, e o 1º secretário, Nélio Saraiva Paim Filho, assinaram nessa manhã (20) o cheque no valor de R\$ 10 Mil do duodécimo da Câmara para a Prefeitura, conforme anunciado na terça-feira (17), durante a Sessão Itinerante realizada na área de retomada Pahó Sini.

O valor que deverá ser destinado a atender as necessidades das comunidades indígenas de Sidrolândia, que solicitaram pneus e combustível para os tratores, além de outros pequenos implementos para auxiliar na agricultura.

Também conforme combinado, representantes das comunidades indígenas acompanharam a entrega do cheque à Prefeitura Municipal. "Vamos acompanhar e exigir que essa devolução volte para nós, pois foi só por esse motivo que o dinheiro foi devolvido para a Prefeitura. Nós vivemos do que plantamos e usaremos esse dinheiro para continuar produzindo", afirmou o Cacique Basílio, da aldeia Lagoinha.



Núcleo de Estudos Afro e Indígena é lançado na Arena Corinthians

SÍTIO BRASILEIROS.COM, 20.03.2015

Iniciativa é da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena

O Núcleo de Estudos Afro e Indígena foi lançado no anfiteatro da Arena Corinthians nesta sexta-feira (20). A iniciativa é da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena (CPPNI). O núcleo, no entanto, funcionará na Diretoria de Ensino Região Leste 1.

“O constante diálogo que mantemos com o Corinthians sobre racismo nos esportes motivou as autoridades do time a fazer do evento a cerimônia inaugural do anfiteatro”, disse a coordenadora da CPPNI, Elisa Lucas. Entre os palestrantes convidados para o dia da abertura do espaço, destaca-se o pesquisador Hélio Santos, militante histórico do movimento negro.

O “Seminário Memória, Luta e Formação” norteou as discussões sobre a atualidade da questão racial, em quatro painéis, com foco no afrodescendente.

“A zona leste é uma região com forte presença da comunidade negra”, afirmou o professor coordenador do Núcleo Pedagógico da regional leste 1, Antonio José da Silva. “Pesquisas apontam que existe um índice de defasagem educacional dos alunos afrodescendentes. O Núcleo de Estudos vai atuar para diminuir esse índice, introduzindo novas estratégias de ensino e trabalhando a questão do pertencimento e da identidade”, explicou o pesquisador. O núcleo tem o apoio da Faculdade Zumbi dos Palmares e do Centro de Estudos e Relações do Trabalho e Educação (Ceert).

A abertura do evento também contou com a apresentação do Coral Zumbi dos Palmares e do grupo de capoeira da EE Prof. Tito Lívio Ferreira. A programação do dia incluiu ainda o lançamento do Calendário Memórias da Negritude, pela CPPNI, e do 7º Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero, pelo Ceert.

Cultura cigana é foco de encontro nesta quarta-feira, em São Vicente

SÍTIO A TRIBUNA, 21.03.2015



Encontro em São Vicente mostra tradições ciganas

De A Tribuna On-line

A cultura cigana é o foco do próximo bate-papo do programa Encontros, com o cantor e produtor cultural Roberto Petrovich, a ser realizado no dia 25, às 19h30, nas Oficinas Culturais de São Vicente. A iniciativa é da Secretaria da Cultura de São Vicente com apoio da Associação dos Artistas.

Roberto é promotor das tradições dos povos ciganos no país, tendo realizado desde apresentações e shows musicais em diferentes estados brasileiros. Por isso, é um dos raros membros homenageados pela Associação da Cultura Cigana do Brasil.

A própria entidade assim descreve esta tradição: "ser cigano é respeitar a liberdade, a natureza e acima de tudo a vida. É viver e deixar viver. É ter a lucidez de saber esperar, e não esgotar todos os recursos".

Os encontros iniciaram em abril de 2014. O programa convida artistas, produtores culturais, participantes de movimentos artísticos e instituições culturais para falar sobre suas áreas de atuação. As conversas acontecem duas vezes ao mês e são gratuitas, sempre no auditório das Oficinas Culturais. O endereço é R. Tenente Durval do Amaral, 72, Catiapoã.



Baixo nível do maior reservatório do país, na Bahia, assusta ribeirinhos.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 21.03.2015

A dona de casa Rosimery da Silva, 47, está assustada com o baixo nível de Sobradinho, maior reservatório do país em área alagada, localizado no município de mesmo nome (a 560 km de Salvador), na Bahia.

Por causa da forte estiagem que afeta a região, na quinta-feira (19), o índice da represa era de 17,44% de sua capacidade, segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema). O reservatório fica no rio São Francisco, tem 320 km de extensão e capacidade de armazenar 34,1 bilhões de metros cúbicos de água.

"Fico triste quando vejo ele [o reservatório] assim. Tenho medo que seque ainda mais", lamenta Rosimery. Ela mora às margens do lago artificial que é considerado um dos maiores do mundo.

Ela lembra que, nos últimos três anos, a beira do rio tem ficado cada vez mais distante de onde vive. Rosimery conta que antes bastava colocar os pés para fora de casa para pegar água. "Acho que o rio já recuou uns 300 metros durante esse tempo", calcula. Com isso, ela foi obrigada a instalar uma bomba para levar água até sua casa.

Estefânio Luiz, 23, cuida do criadouro de tilápias que era do seu pai, morto há três anos. Ele fala que, à medida que a represa vai ficando rasa, ele tem de colocar as gaiolas onde cria os peixes cada vez mais distante das margens. "Isso é perigoso por causa de furto", diz.

Nível baixo

O nível do reservatório de Sobradinho, considerado crítico, é o menor entre as represas usadas para geração de energia das regiões Norte e Nordeste, de acordo com o ONS.

Em pior situação estão reservatórios localizados no Sudeste e no Centro-Oeste, como Ilha Solteira (SP) e Três Irmãos (SP), que estão zerados e usam o volume morto (água que fica no fundo das represas); Nova Ponte (MG), com 16,93% de água; Furnas (MG), com 16,76%; e Itumbiara (GO), com 13,92%.

Os reflexos do baixo nível das represas são conta de luz mais cara e aumento do risco de racionamento. Na semana passada, o Banco Central previu que o preço da energia elétrica vai subir, em média, 38,3% em 2015.

Fonte: Bol.com.br

MS – Terena da Terra Indígena Buriti recusam proposta de compra de 90% de área reivindicada

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2015



“Para tentar colocar fim ao impasse que se arrasta há décadas e que se acirrou nos últimos dois anos, o Ministério Público apresentou aos índios[sic] proposta para comprar noventa por cento da área reivindicada na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Mas durante reunião realizada ontem, lideranças deixaram claro que não aceitam”.

[Assista ao vídeo.](#)



Exposição “Nhande Kuery São Paulo Pygua”: Indígenas Guarani do município recebem apoio para demarcações de Terras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2015

Por Rafael Nakamura, no Centro de Trabalho Indigenista

No último sábado (14/03), a exposição “Nhande Kuery São Paulo Pygua – Os Guarani da cidade de São Paulo” levou centenas de pessoas ao Centro Cultural São Paulo (CCSP) que puderam conhecer um pouco da cultura das aldeias indígenas do município. Presente no evento, o Prefeito Fernando Haddad se mostrou comprometido com o fortalecimento do povo Guarani. “Vocês contam com um militante da causa indigenista e até 31 de dezembro de 2016 vocês terão um soldado lutando para o Ministro da Justiça assinar a demarcação que a FUNAI já reconheceu”, discursou o prefeito lembrando que, além da prefeitura reconhecer a posse dos territórios para os índios, é necessário pressionar o governo federal a demarcar a Terra Indígena (TI) Tenondé Porã, no extremo sul da cidade, e a TI Jaraguá, localizada no Pico do Jaraguá na zona norte de São Paulo. Os processos de demarcação das duas TIs estão no Ministério da Justiça e aguardam assinatura da portaria declaratória por parte do ministro José Eduardo Cardoso.

“O mapa que a FUNAI reconheceu já faz parte da lei municipal que é o Plano Diretor. Por 16 anos o povo guarani em São Paulo está protegido pela lei municipal. Mas nós não podemos descansar porque o plano diretor pode ser alterado”, falou Haddad. O prefeito de São Paulo comentou ainda ser de interesse de sua gestão a demarcação das TIs do município. “O plano diretor é importante, dá força para vocês e para nós, junto ao ministério da justiça, demandar a demarcação das terras. Já falei com o ministro José Eduardo sobre o assunto e disse que é interesse da prefeitura a demarcação. Eu queria muito que nós tivéssemos a demarcação definitiva das terras Guarani no Jaraguá e em Parelheiros”, concluiu.

Nabil Bonduki, secretário Municipal de Cultura, disse que, apesar da atribuição de demarcação ser do governo federal, São Paulo já “demarcou” suas terras, lembrando que as duas TIs estão previstas no plano diretor da cidade. “Nós do município de São Paulo já ‘demarcamos’ as terras indígenas. O plano diretor já reconheceu e tornou protegidas as áreas delimitadas pela FUNAI. Isso é muito importante porque hoje nada pode ser construído nessas áreas das aldeias Guarani”, disse o secretário. Bonduki ressaltou a importância da inclusão das TIs no plano diretor para controlar o avanço da especulação imobiliária. “Principalmente no que diz respeito às aldeias do Jaraguá, por existirem duas rodovias que cortam a área, os interesses econômicos são muito grandes. Essa proteção impede que seja realizada qualquer intervenção nessas terras”, comentou.

Também presente no evento, o secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Eduardo Suplicy, falou da importância da convivência com a cultura Guarani na vida de uma metrópole

CONT.



como São Paulo. "É uma satisfação saber do empenho da prefeitura e da secretaria de cultura em apoiar a cultura indígena. Esperamos que o ministro José Eduardo Martins Cardozo perceba a importância de se preservar a tradição, a cultura e toda essa vida que nos foi apresentada hoje", disse Suplicy.

Além do apoio nas demarcações das TIs na cidade de São Paulo, as lideranças Guarani pediram às autoridades presentes pela continuidade de políticas públicas que reconhecem a importância da cultura indígena. "O Programa Aldeias é muito importante dentro da Secretaria de Cultura, ele abriu um novo espaço de intercâmbio da nossa cultura com a sociedade em São Paulo. Nós precisamos muito desses espaços, precisamos que o Programa Aldeias se torne uma lei para que de fato seja efetivada uma política indigenista no município de São Paulo", falou David Martim Karai Popygua. Além disso, os Guarani da TI Tenondé Porã pediram que na regularização do Polo de Ecoturismo de Marsilac e Parelheiros sejam garantidos os processos de consulta prévia e licenciamento ambiental nos empreendimentos relacionados à visitação turística que geram impacto na Terra Indígena. "É muito importante que nesse projeto se respeite a Convenção 169 [da Organização Internacional do Trabalho e da qual o Brasil é signatário] que estabelece a consulta prévia aos povos indígenas antes de serem tomadas decisões que possam nos afetar", completou David Martim.

CCSP cheio

A exposição reuniu as vivências de um ano do Programa Aldeias, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) nas aldeias indígenas da cidade de São Paulo, com parceria do Centro de Trabalho Indigenista. Às 14h, horário previsto para a abertura das portas, o público já aguardava em fila. Através dos diferentes ambientes, os visitantes eram levados para a vida na aldeia: o plantio e a preservação das matas, as sementes e a alimentação tradicional, o fumo Guarani, os rituais de consagração, a casa de reza, a dança dos guerreiros guarani, os grupos de formação política e a luta pela demarcação de terras indígenas. Toda essa experiência foi traduzida em fotos, vídeos, textos e objetos que expressam as práticas e costumes do povo Guarani.

Mais tarde, após falas das autoridades públicas e das lideranças indígenas presentes, o público se acomodou para a programação do evento. De início, o coral emocionou os presentes com a força do canto das mulheres Guarani. Na sequência o público pôde assistir a apresentação de Xondaro, dança em roda dos guerreiros Guarani. Nos intervalos eram apresentados os vídeos, produzidos nas oficinas de audiovisual do Programa Aldeias, apresentando mais elementos da cultura como o tradicional petỹgua (cachimbo) e o uso do fumo de corda nos rituais. Para as últimas apresentações um grupo de rap, no qual os mais jovens também se mostraram engajados cantando a resistência dos povos indígenas e a luta pela terra.

O evento terminou com uma confraternização em que foram oferecidas a mandioca cozida, a bata doce, o milho e o Mbeju, massa feita com farinha de milho e coberta com mel, trazendo para os presentes um gostinho das comidas tradicionais Guarani.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

MS – Compra da área ocupada por fazendas na Terra Indígena Buriti será definida até 30/03

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.03.2015

Reunião adiantou detalhes para valor de 30 propriedades reivindicadas pelos indígenas



Laureano Secundo, Diário Digital

No dia 30 de março, representantes do Governo Federal, Estadual e produtores rurais se reúnem para definir a assinatura do acordo judicial que estabelece a compra de 30 propriedades rurais, na região indígena de Buriti, em Sidrolândia. O anúncio foi feito pelo Secretário de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, após ter participado nesta sexta-feira (20) de uma reunião com representantes do Governo Federal e dos proprietários de fazendas na região que encontra-se em litígio.

Conforme decisão, as partes devem assinar o documento que sela a compra das propriedades e põe fim aos conflitos entre produtores e indígenas naquela região. "Nós estamos buscando um consenso para a realização desse acordo que é um marco para a questão fundiária

CONT.



indígena no Brasil”, frisou o secretário Riedel. “Faremos um acordo de conciliação no Tribunal Regional Federal (TRF), de São Paulo. Todos os órgãos estão envolvidos nesta questão como o Ministério Público, CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e AGU (Advocacia Geral da União)”, explicou após a reunião, Marcelo Veiga, assessor especial do Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo.

Caso não haja acordo entre as partes sobre estes profissionais- [sic] terão dois meses para avaliar as terras e fixar o montante a ser pago aos produtores. Duas perícias já foram feitas, a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outra pela Real Brasil Consultoria, empresa contrata pelos produtores. Respectivamente, as avaliações sugeriram aproximadamente R\$ 84 milhões e R\$ 124 milhões. Veiga explica que conforme o resultado da nova perícia, o pagamento será definido nesta faixa de preço, podendo ser 15% a mais ou a menos dos limites mencionados.

Os produtores terão 10 dias – até 30 de março- para se reunirem e decidir a assinatura do acordo. “Para os indígenas o acordo é tranquilo e para os produtores também, mas uma ou outra resistência existe e por isso eles irão se reunir”, disse o assessor Veiga. Aqui no Estado, segundo Veiga, as regiões de Dourados e Amambai poderão ser as próximas a entrar em discussão. “O Governo do Estado tem buscado todo suporte necessário para as essas demandas, com ações efetivas, na tentativa de equacionar e solucionar essas questões”, ressaltou Riedel.

Destaque: Na Terra Indígena Buriti, área de retomada da terra tradicional Terena

Menos de 10% dos municípios prejudicados com chuvas receberam recursos
SÍTIO OLHAR DIRETO, 22.03.2015



Levantamento realizado pela Secretaria de Estado das Cidades (Secid-MT), por meio da Superintendência da Defesa Civil de Mato Grosso, aponta que menos de 10% dos municípios que tiveram situação de emergência reconhecida em 2014 pelo governo federal conseguiram recursos para reconstrução dos espaços públicos e moradias.

No ano passado, 56 cidades tiveram situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Ao todo 60 casos foram registrados no Estado entre os meses de fevereiro e abril de 2014. Os desastres foram ocasionados por chuvas intensas, alagamentos, deslizamentos, enxurradas e erosões. As chuvas intensas foram responsáveis por 80% das solicitações de emergência junto à Brasília.

De acordo com o superintendente da Defesa Civil do Estado, tenente coronel Abadio José da

CONT.



Cunha Junior, até esta sexta-feira (20), somente cinco cidades haviam tido recursos liberados. Dentre as localidades selecionadas está Poxoréu, que em março de 2014 sofreu com as fortes chuvas registradas no local.

Segundo Cunha, para que os valores sejam repassados às cidades é necessário que, primeiramente, o município decrete situação de emergência. Para isso é preciso acompanhar a legislação vigente da Defesa Civil. De acordo com as normas, uma situação de emergência só pode ser decretada quando duas ocorrências são registradas em conjunto. A legislação caracteriza motivos para emergência quando 2,77% da receita municipal são prejudicadas, de 0 a 99 pessoas são atingidas, ou 10 imóveis e/ou aparelhos públicos são afetados.

“Quando duas destas ocorrências são verificadas juntas, o município consegue decretar a situação de emergência e também ter o reconhecimento junto à Brasília. A partir desta análise nacional, a cidade tem oportunidade de apresentar projeto para tentar captar recurso junto ao Ministério da Integração. É nesta etapa, de elaboração das propostas, que as cidades mato-grossenses acabam sendo prejudicadas, já que muitas vezes não conseguem apresentar corretamente os projetos e, conseqüentemente, obter os valores”, afirma Cunha.

Com objetivo de solucionar esta problemática, a Secid, por meio da Superintendência da Defesa Civil do Estado, criou um setor de assessoramento no órgão que irá acompanhar e orientar os gestores na elaboração dos projetos para encaminhamento ao Ministério da Integração. Além disso, a Superintendência Estadual fará o acompanhamento das propostas junto à Brasília.

“Quando o prefeito não consegue angariar os recursos nacionalmente, o município e também o Estado acabam tendo que arcar com os prejuízos ocasionados com os desastres. São valores que poderiam ser investidos em outros setores”, comenta Cunha.

Neste ano, conforme levantamento realizado pela Defesa Civil de Mato Grosso, até o momento, somente o município de Barra do Bugres solicitou auxílio do órgão estadual para decretação de situação de emergência. O caso registrado em Barra do Bugres, ocorreu no dia 6 de março após fortes chuvas serem registradas na localidade, resultando no aumento do nível do rio Paraguai. Na data, as águas alcançaram 5,11 metros, sendo que a cota de alerta do rio é de 4,50 metros. O caso registrado em Barra do Bugres, ocorreu no dia 6 de março após fortes chuvas serem registradas na localidade, resultando no aumento do nível do rio Paraguai. Na data, as águas alcançaram 5,11 metros, sendo que a cota de alerta do rio é de 4,50 metros.

Ao todo, 679 famílias foram atingidas pelas águas. Deste total, 75,7% (514) estavam localizadas na região rural de Barra do Bugres. Outras 120 famílias nas aldeias indígenas Umutina e Bakalanas também chegaram a ser atingidas. Já no perímetro urbano e regiões ribeirinhas, 45 famílias sofreram com a enchente, sendo que destas 25 ficaram desalojadas.



Sinais de degradação do Rio São Francisco preocupam especialistas

SÍTIO SURGIU.COM, 22.03.2015

Neste domingo (22) é comemorado o Dia Mundial da Água. A data traz também um alerta para a situação do Rio São Francisco. Entre os principais problemas encontrados estão a derrubada da mata ciliar, o assoreamento e os esgotos que deságuam todos os dias no rio.

O Rio São Francisco é um dos mais importantes cursos d'água do Brasil. São 2.800 quilômetros de extensão que cortam seis estados brasileiros e o Distrito Federal. A quantidade de água é de impressionar, mas o rio tem apresentado uma baixa do nível e, em alguns trechos, acontece a formação de bancos de areia.

A situação se agravou mais nos últimos cinco anos por causa da estiagem. De acordo com o sargento do Corpo de Bombeiros, Edian Rodrigues, quem navega há muito tempo no rio percebe os sinais da degradação. "O banco de areia é muito grande e ele começa na Ilha do Massangano e vem descendo a cada dia. Há cinco anos ele está mais perceptível e a gente que já navega há algum tempo percebe que foi aos poucos e hoje ele está bem aparente. Até nos mapas dá para ver esse banco de areia", explica.

A baixa do Rio São Francisco não é a única preocupação dos ribeirinhos e especialistas. Todos os dias, milhares de litros de esgoto são despejados no Velho Chico. E um dos sinais dessa poluição é a presença de plantas aquáticas como as baronesas. "As pessoas ficam achando que as baronesas são maléficas para o rio, mas elas não são, elas ajudam na purificação da água. Só que é um tipo de planta que só se alimenta de água poluída", explica o ambientalista, Vitório Rodrigues.

O lixo jogado às margens do rio e o desmatamento da mata ciliar gera outro grande problema, o assoreamento. "A perda da vegetação da mata ciliar principalmente na parte de Juazeiro-Bahia e Petrolina, em Pernambuco, é por causa de vários fatores como a exploração de minério e agricultura irrigada. Então houve uma perda muito grande da vegetação e, por conta disso, nós temos vários outros problemas consequentes como o caso da erosão e desmoronamento de barreiras", argumenta Rodrigues.

O Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica, Aluizio Gomes, afirma que o alerta em relação à situação do rio está sendo feito há muito tempo. "O Comitê da Bacia Hidrográfica foi criado em 2001 e em 2002 ele começou a sua efetiva ação. É o único organismo do país que especificamente defende o Rio São Francisco porque tem representações diversas. O problema é gravíssimo e estamos atentos", destaca Gomes.

O Comitê também planeja ações para conter a degradação do Rio São Francisco. "O Comitê está fazendo um estudo de todo plano de ações que devem ser efetivadas no Rio São

CONT.



Francisco. São mais de 500 anos de degradação e este é um projeto de longo prazo com educação ambiental de todos os níveis de educação. O setor elétrico é o grande culpado pela questão da vazão e que precisa gerar energia. Represa as águas e prejudica populações”, garante.

No dia 20 de maio será realizada uma plenária em Petrolina. A cidade, que é uma das mais importantes da calha do rio, vai receber representações e discutirá com a população o estado do Rio São Francisco.

Médicos montam hospital de ponta para indígenas no Mato Grosso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2015

Voluntários de São Paulo deixam conforto de consultórios para curar povos da floresta, muitos com 'doenças de branco'



Por Sarah Fernandes, na Rede Brasil Atual

Durante conversa da reportagem com a pediatra, um dos coordenadores da expedição interrompeu com voz alta, demonstrando a gravidade do caso: ele trazia nos braços um bebê de um ano, em estado avançado de desnutrição. Com apenas seis quilos – peso de uma criança com a metade de sua idade –, estava estático, com a cabeça caída nos ombros e os olhos fixos e secos, sem reação. No consultório improvisado em uma sala de aula da aldeia Xavante de São Pedro, na Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso, todos entraram em alerta.

Os dois pediatras e uma equipe de enfermeiros começaram os procedimentos de emergência. "Soro rápido!", "Adrenalina, glicose", "Consegui uma veia!" Fora da sala, a mãe, uma jovem Xavante também visivelmente desnutrida, está tensa. Ela e a repórter são brasileiras, mas não

CONT.



falam a mesma língua. Segurei a mão dela e permanecemos nos olhando, em comunicação silenciosa, até sermos interrompidas pelo que parecia um milagre: o choro baixinho da criança. É por isso que esses profissionais ou voluntários vão até lá.

Eles são os Expedicionários da Saúde, organização não-governamental de São Paulo, que desde 2003 coordena equipes de médicos, enfermeiros, dentistas e voluntários para levar atendimento médico gratuito e de ponta para aldeias indígenas. No meio da floresta, um conjunto de tendas forma um complexo de saúde, com equipamentos modernos e profissionais de referência dos principais hospitais do país. Durante alguns dias, as tribos se transformam em centros médicos, que oferecem consultas clínicas, ginecológicas, odontológicas e cirurgias de hérnias e de cataratas.

A expedição Xavante, realizada em agosto do ano passado, foi a 29ª do grupo. Contava com sete oftalmologistas, dois clínicos, dois pediatras, quatro cirurgiões, quatro anestesiológicos, três ginecologistas, sete enfermeiros, quatro dentistas, dez funcionários de logística e 15 voluntários. O trabalho conjunto permitiu que nos dez dias em que estiveram entre os Xavante fossem realizadas 223 cirurgias gerais e oftalmológicas, 1.504 consultas médicas e odontológicas e 3.400 exames e procedimentos.

A preparação para a expedição começa com uma visita precursora, na qual representantes da ONG pedem autorização para as lideranças indígenas para realizar o trabalho. Um grupo de médicos se desloca para a aldeia para capacitar enfermeiros e agentes de saúde indígena, um mês antes da expedição. São eles que fazem a triagem dos pacientes nas aldeias, sobretudo os que passarão por cirurgias de cataratas e hérnias. Com o levantamento em mãos, a coordenação dos Expedicionários da Saúde determina quantos profissionais e quais equipamentos serão necessários.

Uma expedição custa em média R\$ 100 mil, angariados junto a empresas parceiras da ONG, também responsáveis pela doação dos medicamentos e pelo aluguel dos equipamentos médicos. "Enquanto formos para dentro das aldeias fazer esse trabalho, os índios não precisarão sair de lá. Se eles ficam, a floresta continua de pé", defende o cirurgião geral Fábio Atui, que coordena a ONG. "Nosso trabalho é oferecer serviço de saúde de qualidade sem interferir na cultura deles."

"A expedição foi importantíssima para o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Xavante. Já entrei em contato com a administração da ONG para negociar a possibilidade de uma próxima. Se eles não tivessem vindo até aqui, possivelmente a maioria dos nossos pacientes ainda estariam aguardando as cirurgias", afirma o coordenador do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) Xavante, Cláudio Rodrigues, ligado ao Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde. "Os Xavante são prejudicados pela demora para agendar consultas com os especialistas. Demora até para exames de rotina. Já tivemos que acionar o Ministério Público para garantir atendimento."

CONT.



Terra delimitada

Nas tendas armadas nas florestas brasileiras já foram realizados mais de 28 mil atendimentos, sendo 4.800 cirurgias. Yanomami, Caiapó e outras etnias do Xingu e da Amazônia já receberam atendimento dos expedicionários. "Com o histórico de ter estado em todas, posso dizer que aqui é um cenário difícil. Os Xavante apresentam muitas doenças dos brancos, como diabetes e hipertensão", afirma o coordenador da expedição, Ricardo Affonso Ferreira.

O principal motivo das doenças é a alimentação. Cercado por uma imensidão de fazendas – ora improdutivas, ora pujantes pelo agronegócio –, o povo Xavante de Parabubure, originalmente nômade, se fixou em um local demarcado. O cultivo da terra pelas fazendas contaminou nascentes, espantou a caça, empobreceu o solo e tornou a comunidade extremamente dependente de alimentos industrializados comprados com benefício de programas de transferência de renda nas pequenas vendas do município de Campinópolis, a 60 quilômetros da aldeia de São Pedro, a maior de Parabubure.

"Nossos antigos se alimentavam com fruta silvestre do mato. Agora a natureza não está mais oferecendo alimento. O índio mora em uma terra delimitada que não dá nem para fazer cerco de fogo para caçar, como fazíamos. Isso leva o índio a ser diabético e hipertenso", afirma a indígena Angela Rootsitsimro Tsupto, da aldeia de Três Marias. "O branco tem fatura porque tem maquinário para fazer roça. No braço, ninguém aguenta alimentar tanta gente. Não temos sementes nem ferramentas."

A base da alimentação são carboidratos como arroz e farinha, e algumas vezes doces, salgadinhos e refrigerantes. Nesse cenário, crescem casos de obesidade, hipertensão e diabetes. "Entre as crianças há um problema de baixo peso, principalmente na faixa etária de um ano. É um momento delicado para todos os bebês, porque é quando deixam de mamar e passam a só comer comida", diz a pediatra Priscila Gonçalves.

Os Xavante são um povo tradicionalmente guerreiro e constantemente se desafiam com atividades que exigem muita força física, como as corridas com toras de buriti, ou como o hábito de carregar muito peso nos baquités – cestos feitos de palha, que vão apoiados na testa. Os hábitos favorecem o surgimento das hérnias abdominais, e o sol forte, de catarata – a ponto de atingir pessoas de 30 anos. "São dois problemas que impactam muito no modo de vida deles, porque um indígena precisa enxergar e ser capaz de fazer força", diz o oftalmologista Celso Takashi Nakano.

Em São Pedro, oito tendas ofereceram serviços médicos. Monitor cardíaco, scanners oculares, medicamentos, macas e toda aparelhagem necessária para o atendimento de ponta foram levados para o meio da Amazônia mato-grossense, em uma viagem de 1.500 quilômetros entre São Paulo e Parabubure. Foram duas horas de voo em um pequeno avião da Força Aérea Brasileira e quase um dia de viagem em caminhonetes da Funai.

"O povo Xavante conhece rezas e plantas que acreditamos que também curam doenças. Nós

CONT.

fizemos inclusive uma dança e um canto para ajudar os doutores no trabalho deles. A união dos médicos com a gente fez o sucesso da expedição”, afirma o cacique Tito, da aldeia de São Pedro.

‘Já dá para matar papagaio’

Os pacientes – que chegam a São Pedro de pelo menos mais cinco aldeias de Parabubure – começam o atendimento na recepção, montada em uma das poucas construções de alvenaria da aldeia. São cadastrados e encaminhados para atendimento, dando início à maratona de consultas e exames. Os que precisam de intervenção cirúrgica recebem alimentação diferenciada. No pós-operatório, descansam em colchonetes, semelhantes às esteiras de palha em que dormem.



Surpresa, mulher indígena ouve pela primeira vez o coração de seu bebê. Foto: Rafael Salazar

Não era preciso falar a língua deles para entender o que sentiam os pacientes operados de catarata. A comunicação era universal: o sorriso, que rasgava o rosto dos indígenas segundos após a retirada da bandagem do olho, tomando o lugar da seriedade característica do povo xavante. “Agora dá até pra matar papagaio”, disse em um rompante o indígena Celestino Tserenipaio, emocionado após receber alta – e um par de óculos escuros.

Rosalina Pedratao, 85 anos e com apenas 40 quilos, havia chegado da aldeia de Três Marias com um cajado na mão para tatear o caminho, devido a uma catarata avançada, e fez questão de deixá-lo em São Pedro. “Agora está muito bom”, disse em xavante traduzido pelo neto. É comum os médicos convidarem indígenas para atuar como tradutores, já que a maioria, sobretudo mulheres e crianças, não fala português.

CONT.



Enquanto isso, a ginecologista Marianna Mellone chamava atenção de uma gestante para um barulho durante um ultrassom. Para explicar do que se tratava, ela colocou a mão sobre o coração e a barriga: eram os batimentos cardíacos apressados do bebê, ouvidos pela primeira vez pela mãe, surpresa e emocionada.

As duas ginecologistas da expedição realizavam o exame Papanicolau em quase todas as 178 mulheres atendidas. "Pensamos que poderíamos encontrar alguma barreira cultural, mas todas aceitaram fazer o exame. Muitas vieram com o pai ou o marido, que também entenderam a importância de elas serem examinadas", diz Marianna. As amostras coletadas foram encaminhadas para um laboratório da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), parceira dos Expedicionários. Quando os resultados estiverem prontos serão enviados para o DSEI Xavante.

Na pediatria, Priscila cuidava de outro caso grave: um menino de 6 anos, com o sugestivo nome de Geraldo Alckmin Tsupto Tseredowe, apresentava uma hérnia grande na bolsa escrotal devido a um problema de nascença. A esperança da mãe era conseguir que os Expedicionários da Saúde o operassem, porém o homônimo do governador de São Paulo havia acabado de sair de uma pneumonia e tinha uma infecção nos dentes. "Optamos por tratar primeiro esses problemas para que mais para a frente ele possa fazer a cirurgia com segurança", explica Priscila.

Casos como o do pequeno Tseredowe e de outros indígenas que requerem intervenções cirúrgicas – em especial cirurgias de vesícula, que não podem ser feitas nas tendas médicas por necessitarem de anestesia geral – levaram os Expedicionários da Saúde a realizar, em novembro passado, uma segunda expedição ao território. O objetivo era ajudar o poder público a liberar a fila de espera no Sistema Único de Saúde.

A ONG levou equipamentos de ponta para o hospital público do município de General Carneiro (MT), que foi reformado para receber os médicos voluntários e os pacientes. Nos cinco dias de expedição, foram realizados mais 98 atendimentos clínicos e 16 operações, duas em crianças. Uma delas era Geraldo, que depois da expedição poderá retomar a vida com normalidade.

Morro por ela, esta terra, por José Ribamar Bessa Freire
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2015

A Eduff
Convida para o lançamento da obra

Minha luta pelo meu Povo

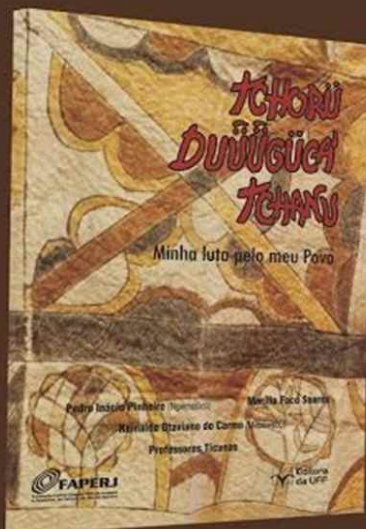
Tchorü duũügüca' tchanu

Pedro Inácio Pinheiro (Ngematücü)
Reinaldo Otaviano do Carmo (Mepawecü)
Professores Ticunas

Marília Facó Soares

**Dia 17 de março
(terça-feira), às 19 horas**

Livraria da Travessa
Rua Voluntários da Pátria, 97
Botafogo - Rio de Janeiro



Em Taqui Pra Ti

- Eu, lá eu fui, porque por mulher eu não morro, por roubar dinheiro eu não morro, por roubar mulher de outro eu não morro, por roubar filho do outro eu não morro. Eu morro por ele, por este meu povo (...). Por isso eu morro, por ela esta terra, todas as coisas que acontecerem, por ela eu morro, por isso, quando for assim.

Esta frase enunciada em língua ticuna pelo sábio Pedro Inácio Pinheiro, em janeiro de 1983, na aldeia Vendaval, município de São Paulo de Olivença (AM), está agora no livro bilíngue,

CONT.



ricamente ilustrado – Tchorü Duüü güca’ Tchanu – Minha Luta pelo meu povo – editado pela EDUFF e lançado na última terça-feira (17), no Rio de Janeiro, na Livraria Travessa, em Botafogo. Faz parte da narrativa recolhida num gravador por Marília Facó Soares, linguista do Museu Nacional da UFRJ que vem pesquisando essa língua há mais de trinta anos.

O livro traz as vivências de Pedro Inácio narradas por ele mesmo, em sua língua materna, contando as recentes acontecimentos da luta dos Ticuna que habitam um território no Alto Solimões, mas que estão presentes, além do Brasil, na Colômbia e no Peru. A narrativa faz parte da linhagem de autobiografias desenvolvida em toda América Latina, tendo como sujeito histórico um índio, cuja biografia desempenha papel importante na história de seu povo e da etnologia.

O autor Pedro Inácio, do clã da onça, cujo nome em ticuna Ngematücü significa “aquele que não tem pinta”, tinha 38 anos quando narrou sua história. Foi transcrita na língua ticuna por outro falante nativo, Reinaldo Otaviano do Carmo, do clã do mutum – Mepawecü – “aquele que tem bico bonito” – que em 1983, com 28 anos, era um dos poucos a dominar a escrita. Ele fez a transliteração em sua casa na aldeia Vendaual, com a participação ocasional de outros Ticuna que paravam para ouvir a gravação e conversar.

Melodia da língua

O relato escrito em ticuna circulou em janeiro e julho de 2008 no Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), quando foi multiplicado, discutido e revisto por cerca de 250 professores bilíngues sob orientação de Marília Facó. Cada professor revisor contou com um exemplar do texto, quando introduziram notas explicativas destinadas especialmente a quem – como nós, falantes de português – só pode ter acesso a partir da tradução, no caso feita com participação coletiva, o que lhe confere ainda maior confiabilidade.

O ticuna é uma língua tonal, em que a altura do tom – alto ou baixo – é pertinente para o significado. Foi isso que atraiu a pesquisadora que dedicou parte de sua vida a estudar essa língua:

- Eu me apaixonei pela língua, ela é muito bonita de escutar. Melodicamente, quando você tem uma língua tonal, as palavras são cantadas, você tem a melodia das palavras. Nos anos 80, quase ninguém queria trabalhar com línguas tonais, porque é mais difícil – disse Marília em entrevista à Conexão Jornalismo.

A edição bilíngue enfrentou um duplo desafio: o primeiro foi colocar no papel em língua ticuna um relato criado na oralidade, que tem configuração própria deste suporte, convertendo em texto escrito aquilo que não foi concebido para isso. O segundo foi traduzir ao português respeitando a retórica da língua original usada por Pedro Inácio, que é um orador excepcional. Habitualmente se costuma sacrificar a língua indígena para ajustá-la ao português, em vez de o português se deixar envolver, nesse caso, pela língua ticuna.

CONT.



O trabalho parece seguir a observação de Walter Benjamin sobre o contato entre as línguas nessa situação e a qualidade da tradução:

- Até mesmo as melhores traduções de outras línguas ao alemão se baseiam numa premissa falsa: fazer com que qualquer língua que se traduz se subordine à nossa língua, em vez de buscar que o alemão se ajuste a outras línguas. Nossos tradutores tem mais reverência pelas normas de uso de seu próprio idioma do que pelo sentido essencial ("the spirit") das obras estrangeiras.

A tradução da fala de Pedro Ignácio ao português é primorosa, procura manter a beleza e os recursos da narrativa na língua original, assumindo o discurso transculturalizado. Começa com as origens em que Yo'í, o herói cultural pescou os primeiros ticuna nas águas vermelhas do igarapé Eware, local mítico situado nas nascentes do Tonatü. Segue com os dados pessoais dando conta do seu nascimento, sua infância, a saída da aldeia, o patrão, os seringalistas, os madeiros, a descoberta do movimento indígena que desemboca na sua inserção na luta pela terra e na criação do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), as reuniões e assembleias com as viagens a Manaus, São Paulo, Rio e Brasília.

Territórios narrados

No percurso da comarca oral à cidade letrada, esse enunciador étnico e múltiplo na voz de Pedro Inácio assume essa história universal na sua biografia, lembrando Guimarães Rosa para o sertão do Brasil, José Maria Arguedas para o mundo andino ou Juan Rulfo para o llano mexicano, como mostra este pequeno trecho:

- Eu nasci no Tunetü, aquele onde há muito tempo Yo'í nos pescou, no Eware, dentro do Tunetü, nasci eu (...). Então, naquela época, eu não tinha conhecimento desta história de agora, eu não sabia de nada mesmo, de uma vez por todas. Eu conhecia só aqueles costumes dos homens. Então, naquele tempo, no meio daqueles homens eu estava, eu. Eles existiam para mim, aqueles.

Agora, o livro da EDUFF vai ser adotado nas escolas ticuna, permitindo que os jovens alunos reflitam um pouco mais sobre sua própria história e estudem não apenas os fenômenos formais da língua materna, mas também seus sentidos culturais, assim como o próprio ato de traduzir. Edições com objetivos similares estão em marcha na Colômbia através do projeto Territórios Narrados do Plano Nacional de Leitura e Escrita, assim como no Peru com os Cuentos Pintados da Universidade Mayor de San Marcos.

As imagens atrativas e informativas do livro – mapas, fotos, desenhos e ilustrações variadas – estão articuladas à história narrada e remetem ao universo ticuna, em espaços e tempos diferentes. O povo Maguta está aí representado também por objetos que integram a vida cotidiana, fotografados em área indígena entre outros pela lente poética de Jussara Gruber, mas também com a reprodução de objetos distantes dos índios que fazem parte das coleções

CONT.



do Setor de Etnologia do Museu Nacional, como as fotos feitas por Curt Nimuendaju há mais de sessenta anos.

Cinco anos depois desta narrativa, Pedro Inácio foi ferido em 28 de março de 1988, no massacre do igarapé do Capacete. Ele e outros índios, desarmados, reunidos na aldeia, foram cercados e surpreendidos por oito pistoleiros a mando do madeireiro Oscar Castelo Branco, que queria se apropriar das terras indígenas. Os pistoleiros atiraram. Crianças gritavam desesperadas, protegidas pelos adultos que, com seus corpos, faziam um escudo humano em volta delas. Os corpos começaram a cair. No final, havia 14 mortos, 23 feridos, 10 desaparecidos, todos eles ticuna, o que repercutiu internacionalmente.

O conflito continua, mas a volta por cima desta dor está no livro. Por isso, seu lançamento é uma boa notícia. Nesses tempos bicudos de renans, cunhas e petrolão, quando a leitura dos jornais nos deixa cada vez mais deprimidos diante das figuras repelentes dos presidentes da Câmara e do Senado, um livro como esse deve ser celebrado com júbilo, porque abre espaço para a esperança.

O jesuíta Ruiz de Montoya, criador da primeira gramática escrita da língua guarani, no séc. XVII, lembra que ali onde se aprende a língua do outro, se aumenta as possibilidades de estabelecer o diálogo e relações pacíficas. O livro organizado por Marília Facó, que devia ser adotado também nas escolas não-índigenas, caminha nessa direção.

Fica a pergunta ao leitor: será que a ministra e pecuarista Kátia Abreu teria menos voracidade no abocanhamento das terras dos índios se conhecesse a importância desse patrimônio cultural? Talvez os filhos dela batizados com nomes tão sugestivos – Irajá, Iratã e Iana – poderiam mudar se lessem as histórias ticuna. Ou os netos. Digo, es un decir, como no poema de Vallejo.

P.S. – A mídia que percorre os corredores, mas não entra nas sala das universidades, deixa de registrar notícias de interesse geral. Cabe noticiar aqui que no mesmo dia do lançamento do livro dos Tikuna, Kalna Teao defendia sua tese de doutorado "Território e Identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)", sobre as lutas pela terra, cuja leitura faria um bem danado a Katia Abreu ou então a mataria do coração. Da banca participaram Regina Celestino (orientadora), João Pacheco (citado também por Pedro Inácio no livro ticuna), Vania Moreira, Elisa Garcia e este locutor que vos fala.

ONU convida sociedade civil a responder questionário sobre povos indígenas; prazo é 6 de abril

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2015

Questionário busca contribuições dos povos indígenas sobre questões que são abordadas no documento final da Conferência Mundial de 2014. Prazo é 6 de abril.



ONU

As respostas alimentarão e informarão o trabalho em curso sobre o Plano de Ação sobre Povos Indígenas, bem como o relatório do secretário-geral sobre o acompanhamento da Conferência Mundial. Dando prosseguimento à Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, o Secretariado do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas preparou um questionário que procura contribuições dos povos indígenas sobre questões que são abordadas no documento final da Conferência, juntamente com o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH).

O questionário abrange os seguintes elementos: Implementação do documento final da

CONT.



Conferência Mundial; Desenvolvimento de um plano de ação a nível do Sistema ONU para garantir uma abordagem coerente para alcançar os objetivos da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas; Como usar, modificar e melhorar os mecanismos das Nações Unidas existentes para alcançar os fins da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; Participação de representantes e instituições dos povos indígenas nas Nações Unidas.

O questionário está disponível em inglês, espanhol, francês e russo – clique sobre cada um dos idiomas para acessá-lo. O prazo para o envio é dia 6 de abril de 2015. Para obter mais informações, visite [AQUI](#).

Destaque: Tadodaho Sid Hill, chefe da nação Onondaga, dando as boas-vindas aos participantes da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, em setembro de 2014. Foto: ONU/Cia Pak.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Isabel Carmi Trajber.

Do Bugre ao Terena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.03.2015



Edison migra para Campo Grande (MS) com a família; Guilherme deixa a aldeia para estudar; Eliseu, para trabalhar. Três histórias de vida que se interligam na cidade em meio a tantas outras experiências que se dividem entre o encanto das possibilidades e o terror do preconceito. Como ser índio na cidade?

Documentário produzido com o apoio do Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial (Etnodoc).

[Assista ao vídeo.](#)

Destaque: Imagem capturada do vídeo.

Enviado para Combate Racismo Ambiental por Ana Beatriz Lisboa.

Comissão vai debater atraso de ações sociais na construção da hidrelétrica de Belo Monte

SÍTIO CENÁRIO MT, 22.03.2015



Obras na Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (Pará).

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia vai realizar mesa-redonda em Altamira, no Pará, para debater o atraso das condicionantes sociais do projeto da usina de Belo Monte, firmadas pelo Consórcio Norte Energia com o Poder Público, frente às novas denúncias de pagamento de propina delatadas na Operação Lava Jato. A comissão ainda não marcou a data para o debate.

O requerimento para debater o tema, apresentado pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), foi aprovado na quarta-feira (8).

O parlamentar sugeriu uma audiência pública para esclarecer denúncias de pagamento de propina a partidos políticos, por parte de empreiteiras que constroem a hidrelétrica de Belo Monte. O deputado Hélio Leite (DEM-PA) e a deputada Julia Marinho (PSC-PA) são coautores do requerimento.

Belo Monte foi orçada inicialmente em R\$ 19 bilhões, porém, já teria consumido mais de R\$ 35 bilhões.

Arnaldo Jordy, que luta pelos direitos das comunidades afetadas pela construção da hidrelétrica na Volta Grande do Rio Xingú, em Altamira, quer questionar o consórcio construtor, que alegava em audiências anteriormente realizadas, falta de verbas para a realização das condicionantes sociais previstas nos licenciamentos da obra, para que os impactos sociais e ambientais da construção fossem minorados. "Como não havia dinheiro

CONT.



para os investimentos sociais acordados em contratos e agora surgem denúncias de pagamentos milionários de propina pelas empreiteiras a partidos da base do governo? Isso é um desrespeito para com a população de toda uma região”, afirmou o vice-líder do PPS.

O presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, cuja empreiteira tem 16% dos contratos do consórcio responsável pela construção da usina, afirmou em delação premiada à justiça federal, na esteira da operação Lava Jato, que a empresa pagou ao PT e ao PMDB cerca de R\$ 51 milhões para cada um, como garantia em contratos naquela que é a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

Jordy ressaltou que várias obras para municípios paraenses afetados pela construção de Belo Monte, como moradias, rede de saneamento, hospitais, estradas e escolas, estão atrasados ou nem foram iniciadas, gerando vários protestos de comunidades ribeirinhas e indígenas, algumas retiradas de suas terras sem terem seus direitos garantidos pelas empreiteiras.

Os impactos sociais da construção geraram em Altamira, por exemplo, uma explosão populacional sem controle e planejamento, resultando em aumento nos índices de violência urbana, mendicância, exploração sexual de adolescentes e mulheres, e até tráfico humano, com verificado pela CPI do Tráfico de Pessoas em um dos canteiros da obra.

De acordo com o parlamentar, muitas destas condicionantes talvez estivessem prontas pelo Consórcio Construtor de Belo Monte, não fossem os desvios de recursos aos corruptos apontados nas investigações da Lava Jato. “Estas propinas foram pagas com dinheiro público, provocando o atraso e sofrimento de toda uma região, que viu na construção da usina, chances de dias melhores”, assinalou Jordy.

Convidados

Devem ser convidados para o debate representantes Ministério de Minas e Energia; do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM); do Instituto Socioambiental (ISA); do Movimento Xingu Vivo para Sempre; da OAB - Seccional Pará; do governo do Estado do Pará e do Ministério Público Federal no Pará.

Conheça a exposição "Comunidade quilombola Lagoinha de Cima" no Misc
SÍTIO OLHAR DIRETO, 22.03.2015



Foto do acervo de João Roberto Ripper, fotógrafo documental que passou por onze comunidades quilombolas

Da Redação - Stéfanie Medeiros

As comunidades quilombolas guardam consigo parte significativa da história de Mato Grosso. Pensando nisto, o Núcleo de Pesquisa em Antropologia Social Artes, Performances e Simbolismos da UFMT apresenta a exposição fotográfica "Comunidade quilombola Lagoinha de Cima - Lugar de Memória e Território Tradicional Quilombola". A mostra está aberta ao público no Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (Misc).

De acordo com a assessoria da Prefeitura de Cuiabá, o trabalho foi desenvolvido com a participação coletiva da Associação Quilombola Negra Rural de Lagoinha de Cima, no município de Chapada dos Guimarães. Lagoinha de Cima é uma comunidade reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares como "comunidades remanescentes de quilombos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52/2015

Brasília, 23 de março de 2015.

A exposição conecta imagens e narrativas das pessoas de Lagoinha de Cima que contam histórias e experiências vividas cheias de afeto, densidade e protagonismo como sujeitos de direito, trabalhadores e trabalhadoras da terra que buscam alcançar os direitos mais básicos para viver.

A exposição é gratuita pode ser visitada até o dia 22 de abril, das 9h às 18h. O Museu da Imagem e do Som está localizado na Rua Voluntários da Pátria, nº 75, Centro.



Decretada situação de emergência em cidade de Mato Grosso

SÍTIO CENÁRIO MT, 22.03.2015

Após fortes chuvas que atingiram o município de Barra do Bugres, 168 km a médio norte de Cuiabá, o Governo do Estado homologou, por meio do Decreto 39, a situação de emergência. A publicação está disponível no Diário Oficial 26.500, que circula nesta sábado (21).

O caso registrado em Barra do Bugres, ocorreu no dia 6 de março após fortes chuvas serem registradas na localidade, resultando no aumento do nível do rio Paraguai. Na data, as águas alcançaram 5,11 metros, sendo que a cota de alerta do rio é de 4,50 metros.

Ao todo, 679 famílias foram atingidas pelas águas. Deste total, 75,7% (514) estavam localizadas na região rural de Barra do Bugres. Outras 120 famílias nas aldeias indígenas Umutina e Bakalanas também chegaram a ser atingidas. Já no perímetro urbano e regiões ribeirinhas, 45 famílias sofreram com a enchente, sendo que destas 25 ficaram desalojadas.

Para auxiliar no atendimento à população prejudicada, a Secretaria de Estado das Cidades (Secid-MT), por meio da Defesa Civil de Mato Grosso, doou 50 colchões e 50 filtros, e os trabalhos tiveram coordenação do tenente-coronel Abadio José da Cunha Junior, superintendente da Defesa Civil Estadual. O galpão de uma igreja do município também foi disponibilizado para receber as pessoas desalojadas. Famílias em situação de vulnerabilidade chegaram a ser atendidas no local.

De acordo com a legislação nacional, a homologação da situação de emergência, por parte do governo estadual, auxilia o município no processo de angariar recursos junto ao Ministério da Integração. Conforme as leis da Defesa Civil Nacional, a partir do momento em que a situação de emergência é decretada pela gestão municipal e homologada pelo governo estadual, o município atingido têm a oportunidade de apresentar projeto junto à esfera federal para que recursos sejam encaminhados.

Este ano, conforme levantamento realizado pela Defesa Civil de Mato Grosso, até o momento, somente o município de Barra do Bugres solicitou auxílio do órgão estadual para decretação de situação de emergência. (Com assessoria de imprensa Secid-MT)



Cacique Suruí leva ao mundo sua luta contra desmatamento na Amazônia

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 22.03.2015

Paris, 21 Mar 2015 (AFP) – O emblemático cacique amazônico Almir Narayamoga Suruí mobilizou o Google, lançou um plano de gestão florestal, deu a volta ao mundo.... E, apesar disso, a cada dia saem de seu território 40 caminhões carregados de madeira cortada ilegalmente.

"A pressão é muito grande. Agora é complicado preservar a floresta", explica Suruí, que já sofreu ameaças de morte de empresários do setor florestal, mas garante não desanimar: "A gente sempre tem a esperança de vencer".

Em seu livro, "Salvar o planeta", uma espécie de testemunho para seus filhos, o líder indígena brasileiro conta como decidiu, há 25 anos, trabalhar para defender seu povo, protegendo a floresta.

"Temos uma mensagem", explicou à AFP, em sua passagem pela Feira do Livro de Paris. "É possível desenvolver-se de forma sustentável, em benefício de todos".

O primeiro contato do povo suruí com os brancos remonta a 1969. Três anos depois, a população de 5.000 pessoas caiu para 240, dizimada pelas epidemias.

Quando Almir nasceu, em 1974, a tribo viu seu hábitat encolher com a chegada de novos povoados, pequenos fazendeiros, especuladores. Seu território mudou com a construção de rodovias e o aparecimento da agricultura.

"A floresta sempre nos ensinou a nos adaptar, dizia o meu pai. Vamos sobreviver!", escreve. O jovem Almir foi o primeiro de sua tribo a estudar. Ele cursou biologia. Chefe de seu clã aos 17 anos e da tribo aos 26, tem uma mente criativa que lhe rendeu o apelido de "índio high tech".

'Projeto carbono suruí'

Suruí chega, por exemplo, a um acordo com o Google Earth, que permite mapear as parcelas e ver onde acontecem os cortes ilegais. "Precisamos de tecnologia para nos defender e nos comunicar", resume. "No Brasil, muitas pessoas têm medo de que os povos indígenas consigam sua autonomia".

A comunidade, composta hoje por 1.400 pessoas, espera a chegada da internet.

CONT.



Os suruí também propõem um plano de gestão dos recursos que prevê, entre outras coisas, replantar um milhão de árvores.

Com a ajuda de organizações internacionais, eles lançaram um regime de compensação de carbono: as empresas compram créditos dos suruí e eles, em troca, protegem a floresta.

A etapa seguinte consiste em transmitir esse modelo às 180 tribos da Amazônia brasileira. Umas 50 já responderam. "A ideia consiste em deixar de sermos só vítimas", afirma.

A tarefa, no entanto, é complicada. O desmatamento avança em seu território, uma área 20 vezes maior do que a cidade de Paris.

Almir Suruí critica com firmeza o governo federal. "As políticas públicas querem um desenvolvimento a qualquer preço", condena.

Um quinto da floresta amazônica, a maior do mundo, desapareceu devido ao avanço da pecuária extensiva, do plantio de soja, do consumo de madeira legal, das grandes infraestruturas...

O que vai acontecer em 50 anos?, pergunta-se Almir, que também se preocupa com a seca e a falta de bambu que usava, até pouco tempo atrás, para fazer suas flechas...

"A destruição da floresta é responsabilidade do governo", afirma, denunciando medidas como a Portaria 303, que limita o uso de terras pelos indígenas.

"As questões indígenas e ambientais não são prioridade para o governo. Nossa estratégia consiste em mostrar que nossos territórios são importantes para o Brasil, também economicamente. O Brasil poderia ser o líder em desenvolvimento sustentável", diz o líder indígena.

Entre outras de suas ideias está, por exemplo, a de criar uma universidade indígena "para que os brancos aprendam a conhecer o patrimônio suruí" e um centro de estudos da biodiversidade.

Fonte: Bol.com.br



SEPPIR quer estimular a produção de comunidades tradicionais por meio de parcerias

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.03.2015

Em audiência na Secretaria da Micro e Pequena Empresa nesta quarta-feira (18), ministra Nilma Lino Gomes ressaltou a importância de agregar valor aos produtos produzidos por mulheres quilombolas

SEPPIR

Incentivos à produção das comunidades tradicionais, com ênfase nas mulheres quilombolas, foi a pauta levada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República durante audiência com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Afif Domingos, e com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. O encontro aconteceu na última quarta-feira (18), em Brasília – DF, e contou com a presença do presidente da empresa Mundo Verde, Carlos Wizard Martins.

Na discussão, estava incluída a compra de produtos diretamente de cooperativas de agricultura familiar e de assentados, no âmbito do plano Brasil Sem Miséria, no sentido de incentivar a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos. Nesta sentida, a ministra da SEPPIR, Nilma Lino Gomes, ressaltou a necessidade de estimular a produção das comunidades tradicionais, com foco nas cooperativas de mulheres quilombolas. “É importante revelar o protagonismo dessas comunidades, destacando o papel das cooperativas de mulheres quilombolas, numa perspectiva de ação afirmativa”, afirmou a ministra. “Precisamos pensar conjuntamente em propostas criativas para agregar valor a esses produtos e assim ampliar os mercados e criar oportunidades de trabalho para o segmento”, enfatizou Nilma Lino Gomes.

Também participaram da reunião o secretário-executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey, e a secretária de Comunidades Tradicionais, Givânia Silva.



Índio chama atenção dos franceses e fala sobre parceria com o Google

SÍTIO CEDEFES, 23.03.2015

Um índio chamou a atenção do público hoje no espaço do Brasil no Salão do Livro de Paris. No começo da noite, Almir Narayamoga, líder da tribo Suruí, de Rondônia, foi a grande estrela da mesa que ainda contou com a antropóloga Betty Mindlin e mediação do jornalista Paulo Paranaguá.

Centrando a discussão sobretudo em temas amazônicos, após uma longa explanação de Betty acerca da região, foi vez de Narayamoga dar a palavra para um público superior a cem pessoas, que lotou o espaço destinado à apresentação. Salientou que sua tribo tem um plano de longo prazo para sanar os problemas existentes na floresta e chamou atenção ao destacar a parceria com o Google, que instruiu índios para colocar informações a respeito da cultura local na Internet.

"Perguntaram se a tecnologia não iria acabar com nossa cultura. Respondi que a cultura avança, então, precisamos avançar com responsabilidade. A tecnologia nos dá possibilidades de transmitir informações, conhecimento e até mesmo deixar nossas fotos, por exemplo, para gerações futuras", argumentou.

Falou também sobre a necessidade de se lutar com dignidade e respeito por um lugar melhor, ressaltando que a floresta amazônica deve trazer soluções para as pessoas, não problemas, em um discurso bastante conciliador. "Precisamos sim dos antropólogos, engenheiros, agrônomos, porque cada pessoa pode contribuir para um mundo mais justo. Os seres humanos vivem em um único planeta, então, todos precisam fazer sua parte".

O índio ainda se queixou do governo federal. "O direito dos povos indígenas está correndo perigo. Quando um dia apoiamos o PT, pensávamos que também teríamos apoio, mas enganamos a nós mesmos, porque governo é governo", declarou.

Abordando aspectos econômicos, ressaltou que é importante que haja interesse em, a partir da proteção das matas e das culturas locais, gerar-se meios para que essas áreas sejam financeiramente interessantes para a população geral, tendo a gestão racional do território como sua maior preocupação no momento.

Antes mesmo da mesa começar, Narayamoga, usando sapatos, calça jeans, camisa social, um colar e um cocar, já atraía olhares curiosos. O líder está lançando um livro na França, "Sauver la Planète", feito em parceria com a escritora Corine Sombrun. Na obra, explana suas ideias a respeito do meio ambiente, a compreensão indígena do mundo, o potencial da biodiversidade e como a floresta pode ser bem utilizada, desde que haja "cuidado, consciência e união".

CONT.



“O livro é uma ferramenta importante, que pode atingir milhões de pessoas”, declarou em breve entrevista ao UOL. Ao ser indagado dos motivos que o levaram a lançar a obra na França, não no Brasil, Narayamoga sorriu e disse: “a oportunidade apareceu aqui, não lá, falta mesmo informações para os índios no Brasil, falta falar dos acessos, dos caminhos para as coisas”.

Sobre sua participação no Salão, afirmou ser uma grande chance para divulgar suas ideias. “No Brasil, precisamos de mais oportunidades como essa”.

Por um problema da organização do evento, a mesa entre Narayamoga, Betty e Paranaguá não contou com tradutor, o que causou certo desconforto principalmente à plateia. Para que o escritor compreendesse o que seus colegas falavam em francês, uma senhora se dispôs a ajudá-lo fazendo uma versão simultânea ao pé de seu ouvido esquerdo.

Em Paris, para a cobertura do Salão do Livro, Rodrigo Casarin está hospedado a convite da rede Accor.

Fonte: UOL

Quem financia os deputados contra áreas protegidas no Brasil

SÍTIO CIMI, 23.03.2015



Não surpreende que, dos quase 50 deputados listados na Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, pelo menos 20 tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por grandes empresas do agronegócio, mineração, energia, madeireiras e bancos. A PEC transfere do governo federal para o Congresso o poder de demarcar Terras Indígenas, titular áreas quilombolas e criar Unidades de Conservação (UCs). Na prática, se aprovado, o projeto deverá significar a paralisação definitiva da oficialização dessas áreas protegidas.

Alguns parlamentares, sozinhos, receberam mais de R\$ 1 milhão de empresas ligadas a esses segmentos. Somente a JBS financiou sete deputados que estão nesta Comissão Especial, totalizando mais de R\$ 2 milhões em doações. Os dados citados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), organizados pelo jornal Estado de S. Paulo.

Parlamentar e agropecuarista, Dilceu Sperafico (PP-PR) embolsou R\$ 900 mil da JBS e mais R\$ 792 mil da Galvão Engenharia, empreiteira investigada na Lava Jato. Empresas como

CONT.



Odebrech, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, também investigadas pela Operação Lava Jato, fizeram polpudas doações aos parlamentares que vêm atacando as áreas protegidas brasileiras. Estamos falando de mais de R\$ 10 milhões doados oficialmente e declarados ao TSE.

O presidente da Comissão Especial da PEC 215, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), teve 60% de sua campanha de 2014 paga com recursos da Galvão Engenharia e 30% por empresas da família Maggi. Ele assumiu a liderança da comissão na última terça-feira (17) e destacou que dará um prazo de 2 meses para votação da matéria (leia mais), "em nome da democracia". Após a reunião, Leitão confessou que "poderia ter acabado com isso (a discussão da PEC) na mesma hora", colocando para aprovação o relatório que o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) apresentou na legislatura passada.

Serraglio, financiado também com recursos da JBS, foi reconduzido à relatoria da PEC 215. Na legislatura anterior, a proposta foi arquivada e o relatório não foi votado por pressão do movimento indígena e socioambientalista. O projeto foi desarquivado por solicitação dos ruralistas em fevereiro deste ano.

Ruralistas Lava Jato - Os deputados Luis Carlos Heinze (PP-RS), Jerônimo Goergen (PP-RS) e Dilceu Sperafico (PP-PR) foram citados e serão investigados na Operação Lava Jato. Heinze é um dos principais líderes ruralistas no Congresso, já foi presidente Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), que reúne a bancada ruralista no Congresso Nacional. Ano passado, foi alvo de uma queixa-crime apresentada por organizações indígenas no Superior Tribunal Federal (STF) e de representação na Procuradoria Geral da República (PGR), por ele ter estimulado agricultores a usar segurança armada para expulsar indígenas das terras.

Já o deputado Goergen, atual coordenador da FPA, recebeu cerca de R\$ 1,6 milhão de patrocínio de empresas ligadas ao agronegócio. Mais de 50% (R\$ 850 mil) veio da JBS e uma pequena parte (R\$ 100 mil) da Andrade Gutierrez, uma das empreiteiras citadas na Operação Lava Jato. Goergen destaca-se pelo discurso agressivo contra os direitos indígenas. Em 2013, foi acusado por quatro colegas de partido – inclusive Heinze – de "tráfico de influência" por divulgar como sendo de sua responsabilidade a liberação de recursos do Ministério das Cidades para municípios gaúchos.

Conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), um congressista pode ser considerado ruralista quando, "mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área de agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas". De forma geral, tais interesses são a contraposição à reforma agrária, questões ambientais e direitos dos indígenas".

Confira quem faz parte da Comissão Especial da PEC 215:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pec-215-00-demarcacao-de-terras-indigenas/conheca-a-comissao/membros-da-comissao>

A Igreja latino-americana contra os abusos na Amazônia

SÍTIO CIMI, 23.03.2015



A Igreja latino-americana chegou nessa quinta-feira (19) pela primeira vez à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O fez para denunciar a vulnerabilidade dos direitos dos camponeses e dos povos indígenas por parte das empresas extrativistas que exploram os recursos naturais da Amazônia e da Mesoamérica. Três dos bispos que participaram na audiência de Washington – Brasil, Guatemala e Peru – afirmam que compartilham o mesmo problema da região.

O bispo peruano, Pedro Barreto, presidente do Departamento de Justiça e Solidariedade do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), destaca a recente criação da Rede Eclesial Panamazônica (Repam): “É um espaço de diálogo e de apoio mútuo, porque nos seis milhões de quilômetros quadrados da Amazônia os problemas são muito parecidos. As populações indígenas e ribeirinhas [que não são originárias da Amazônia] estão muito atingidas em seus direitos fundamentais. São aproximadamente 35 milhões de irmãos e irmãs”.

CONT.



"O Papa Francisco tem falado que a terra é um dom de Deus, e que temos que administrar, com responsabilidade", sinaliza Barreto, fazendo referência à responsabilidade dos Estados. "Desde o assassinato da Irmã Dorothy no Brasil em 2005, não tem havido mais mortes de religiosos nas mãos de garimpeiros (buscadores de pedras preciosas). Não entanto, do total de ambientalistas assassinados no mundo, a maioria aconteceram no Brasil", sinaliza Dom Roque Paloschi, bispo de Roraima, a região que padece de um dos mais graves conflitos nas terras indígenas desse país, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Segundo a ONG Global Witness, de 147 mortes de ambientalistas em 2012, 36 aconteceram no Brasil. Paloschi também faz menção do caso de Erwin Kräutler: "O bispo do Xingu tem proteção policial desde vários anos, devido ao conflito pela hidroelétrica de Belo Monte. Estes projetos estão sendo construídos sem as devidas consultas, que são quase sempre agressivas com a população: a legislação não é respeitada".

"Há na Amazônia uma avalanche de projetos orquestrados pelo grande capital, mas também há inúmeros projetos de exploração ilegal: a mineração é muito forte, mas também avança com força o agronegócio e a monocultura de cana-de-açúcar, soja, palma e eucalipto", acrescenta Dom Roque, membro da Comissão da Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Não entanto, Barreto esclarece que não se opõem à atividade extrativista. "A Igreja tem um anúncio muito claro, em algumas regiões esta atividade não pode dar-se, como nas reservas, nem também onde existe vulnerabilidade direta dos direitos humanos".

O bispo de Huehutenango (Guatemala), monsenhor Álvaro Ramazzini, espera que depois da audiência na Comissão Interamericana "esta problemática seja mais bem visibilizada: que se escutem as vozes das populações indígenas, empobrecidas com as consequências da atividade de exploração que vai contra o meio ambiente. Queremos fazer visível uma problemática que não é bem conhecida e menos ainda compreendida".

Ramazzini acrescentou que em seu país a operação das mineradoras canadenses pese a que devem respeitar os Standards do Banco Mundial, não são fiscalizadas, e pior ainda, não tem acontecido a consulta prévia aos povos indígenas de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. "A violência se percebe ainda mais na exploração de ouro e prata, não obstante, também na exploração de minério não metálico – seixo, brita e areia - está provocando danos nas beiras e cursos dos rios, e por isto temos que enfrentar alagamentos", enfatizou Ramazzini, presidente da Comissão Justiça e Solidariedade da Conferência Episcopal da Guatemala.

Jacqueline Fowks, Lima, 19 de março de 2015

Foto: A selva amazônica no Peru / WWF LAC

Padre Iasi agora descansa no Tekoha celeste

SÍTIO CIMI, 23.03.2015



Nesse domingo, 22 de março de 2015, por volta das 19h, nosso amigo, Padre Antônio Iasi Jr., cofundador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), concluiu, aos 95 anos, seu caminhar entre nós. Despediu-se serenamente da vida e adentrou na Aldeia Definitiva, ao encontro dAquele que tanto anunciou e testemunhou nos sertões e cidades por onde andou.

Será o caso de convocar as mulheres Bororo para prepararem seus escarificadores e marcarem seus corpos em sinal de pesar e luto? Será o caso de pedir aos anciãos Rikbaktsa que narrem a sua vida para que Numutsa julgue se é ou não digno de entrar no 'lugar dos bons'? Será o caso de celebrar a ressurreição daquele que deu testemunho de Jesus Cristo diante dos poderosos e em perigosas circunstâncias? De tudo isso um pouco, por certo! Sentiremos saudades, temos a certeza de que passaria pelo crivo de qualquer Justiça e nossa fé o acredita na comunhão definitiva com todos os mártires e santos da caminhada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 52/2015

Brasília, 23 de março de 2015.

Como o trigo moído e a uva pisada parecem desaparecer, mas subsistem nas novas formas, ainda melhores, de pão e vinho, assim ocorra também com o Iasi: que seja uma ausência presente a animar, revigorar e alegrar aos que ficamos!

Lá, no grande Tekoha celeste, se unirá a Tomás, Brand, Canãs, Burnier, Rodolfo, Cleusa, Franco, Balduino, Veva, Las Casas, Montesinos e todos os santos e santas da causa indígena.

Nestes tempos, em que os povos indígenas seguem no duro calvário da luta por seus direitos, esperamos a Páscoa aqui na realização plena da vida para estes povos, que passa pela efetivação das demarcações de suas terras.

Com os povos indígenas agradecemos ao Pai a presença de Padre Iasi entre nós, contribuindo na abertura das picadas que possibilitaram a estrada que percorremos para a construção da Terra Sem Males, espaço pleno do Bem Viver para os povos indígenas, para tod@s e para sempre.

O velório será realizado nesta segunda feira (23) a partir das 8h, a missa de corpo presente às 14h, e o sepultamento às 16h, no Cemitério Bosque da Esperança, em Belo Horizonte – MG.

Para quem quiser enviar mensagem ou telefonar ou fazer-se presente pessoalmente, o endereço é: Residência Irmão Luciano Brandão - Rua Adelina de Sales Pereira, 217 - Bairro Planalto, Belo Horizonte – MG.

Telefone: (031) 3494-3244 - Para mensagens: diretorrlb@gmail.com

Secretariado Nacional do Cimi e Waldemar Bettio